

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2024**

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para estender à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) a concessão de incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2028 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.

§ 11. A concessão ou a renovação do incentivo na forma estabelecida no *caput* deste artigo devem especificar os objetivos de política pública a que se destinam e as metas de desempenho a serem alcançadas ao longo do período de sua vigência, bem como atender a critérios de efetividade definidos em regulamento e serem administrados mediante mecanismos permanentes de avaliação e transparência.

§ 12. As metas a que se refere o § 11 deste artigo deverão:



I - ser descritas de forma clara e precisa, especificando, para cada uma delas, o exercício financeiro esperado para o seu alcance;

II - estar baseadas em indicadores objetivos de natureza quantitativa, acompanhados de avaliações e indicadores qualitativos, quando pertinentes, podendo incorporar os seguintes indicadores de desempenho:

- a) número de empregos diretos ou indiretos gerados;
- b) aumento ou diminuição de importações ou de exportações de determinado produto;
- c) impacto na arrecadação de impostos ou em contribuições para os entes federados;
- d) impacto em investimentos diretos ou indiretos;
- e) impacto na geração de renda e na redução da pobreza;
- f) impacto na gestão ambiental; e
- g) geração de outros benefícios de ordem econômica ou social.“ (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputado DANIEL AGROBOM  
Relator

